

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.567.250 - SP (2019/0245126-1)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : G DA C A (MENOR)
AGRAVANTE : V DA C A (MENOR)
AGRAVANTE : M DA C A
AGRAVANTE : R DA C A - POR SI E REPRESENTANDO
ADVOGADO : ANDREA CARDOSO MENDES - SP158866
AGRAVADO : IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SANTOS
ADVOGADO : MARISTELLA DEL PAPA SANTERINI CAIADO - SP190735

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial. O apelo extremo, com fundamento no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão assim ementado:

"ERRO MÉDICO. Indenização por danos materiais e morais. Apelados que sustentam que seu marido/pai faleceu em decorrência de infecção hospitalar que contraiu quando da internação em UTI. Não comprovação de que o hospital não tomou todas as cautelas necessárias, ademais, é cediço que inexistia índice zero de contaminação em qualquer hospital. Laudo pericial, da mesma forma, que não acusa nenhuma falha do apelante. Conduta médica correta. Recurso provido" (fl. 2.081, e-STJ).

No recurso especial, os recorrentes alegam que houve violação dos arts. 14, 47, VI e 51 do Código de Defesa do Consumidor e de todos os dispositivos da Lei de Registros. Sustentam, em suma, que a inversão do ônus da prova era necessária e que a agravada incorreu em defeito na prestação do serviço.

Não admitido o recurso na origem, vieram os autos conclusos a esta relatoria.

Contraminuta às fls. 2.234-2.250 (e-STJ).

É o relatório.

DECIDO.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

O recurso não merece prosperar.

Inicialmente, destaca-se a conclusão do aresto local acerca da culpa pelo infortúnio:

*"(...)
Ainda que se entenda e muito se lamente o sofrimento desta família pelo falecimento de ente querido e, com todo respeito ao*

entendimento do d. Magistrado, pelo o que se entrevê do primeiro e até mesmo do segundo laudo pericial, impossível aferir conduta culposa dos médicos prepostos do hospital quanto ao tratamento a que foi submetido o pai/marido dos apelados.

No caso, nota-se que o quadro clínico do acidentado era deveras grave, razão pela qual a ventilação mecânica utilizada era imprescindível para a manutenção de sua vida.

É o que explicou o expert às fls. 1985: 'Em se tratando de paciente diabético, hipertenso e tabagista, com extensa lesão cerebral, ventilação mecânica é procedimento imprescindível com possibilidade de germes hospitalares se perpetuarem visto que trata-se de paciente lesado neurologicamente pelo TCE grave.' Portanto, apura-se que qualquer procedimento realizado em ambiente hospitalar traz consigo esse risco, o que não pode ser imputado ao hospital, que toma todas as precauções necessárias para evitar a contaminação, não havendo qualquer comprovação de negligência nesse proceder.

(...)

A propósito, concluiu o perito: 'o periciando adquiriu infecção hospitalar no hospital réu, porém não se pode atribuir a isto a causa de seu óbito, e sim ao grave quadro neurológico, adequadamente conduzido pelo réu, de que foi vítima após o acidente. A indicação para ventilação mecânica foi adequada. O tratamento para a pneumonia hospitalar foi adequado.'

Assim, não há prova de que a infecção hospitalar tenha ocasionado seu falecimento e ainda que assim, não fosse, como acima esclarecido, a pneumonia é risco inerente da internação e que não se trata de desídia hospitalar, portanto não existe nexo de causalidade entre o dano e a conduta do apelante. Logo, não é possível afirmar que houve culpa por parte dos prepostos, o que por consequência, exclui a responsabilidade objetiva do nosocômio.

A propósito, sabe-se que toda e qualquer obrigação de indenizar emerge de uma ocorrência apurada a partir de um ato ou de uma omissão, com íntima relação desta causa para o resultado que, necessariamente, deve ser o dano experimentado, ou, um prejuízo tirado desta equação negativa, entre o anterior e o posterior ao fato, propriamente dito.

Daí porque não se verifica a responsabilização civil do apelante, com obrigação de indenizar os apelados, isto porque dependeria da prova de alguma conduta inadequada e do nexo de causalidade entre esta e o resultado dano, o que, reitere-se, não ocorreu" (fls. 2.083-2.085, e-STJ - grifou-se).

Nesse contexto, não é possível a esta Corte apreciar o entendimento exarado na origem, porquanto teria que, necessariamente, rever o contexto fático-probatório dos autos, procedimento inviável nesta via extraordinária, consoante disposto na Súmula nº 7/STJ.

Ademais, no tocante à Lei de Registros, é forçoso reconhecer que o conteúdo normativo dos artigos tidos como violados não foram prequestionados pelo tribunal de origem,

Superior Tribunal de Justiça

mesmo depois de opostos os embargos declaratórios, de modo que incide, na espécie, a Súmula nº 211/STJ.

Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Na origem, os honorários sucumbenciais foram fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, os quais devem ser majorados para o patamar de 15% (quinze por cento) em favor do advogado da parte recorrida, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, observado o benefício da gratuidade da justiça, se for o caso.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator